



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Sul - Núcleo de Apoio Regional Tiradentes

Parecer nº 130/IEF/NAR TIRADENTES/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0042130/2022-18

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Antônio Rafael Soares Filho CPF/CNPJ: 018.363.666-04
 Endereço: Avenida São Vicente, 325 Bairro: Centro
 Município: Belo Horizonte UF: MG CEP: 35630-078
 Telefone: 37 35227868 E-mail: matheus@conceitosustentavel.eco.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:
 Endereço: Bairro:
 Município: UF: CEP:
 Telefone: E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Pulador Área Total (ha): 80,9773
 Registro nº 16466 Livro 02 do CRI da Comarca de Bom Despacho Município/UF: Bom Despacho/MG
 Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3107406-E1B1.9072.939D.45EB.BFB8.1AEC.BA6D.D3D5

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca	9,9000	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (Sirgas 2000)	
			X	Y
Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca	9,9000	ha	475300	7835060

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	9,9000

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Biomã/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Cerrado	Cerrado sensu strictu	-	9,9000

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Nativa	245,8713073	m ³

1. Histórico

Data de formalização/aceite do processo: 21/09/2022

Data da vistoria: 10/10/2022

Data de solicitação de informações complementares: 14/10/2022

Data do recebimento de informações complementares: 19/12/2022

Data de emissão do parecer técnico: 22/12/2022

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em 9,9000 ha no imóvel rural município de Bom Despacho/MG. Pretende-se, com a intervenção para uso alternativo do solo, a implantação de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura exceto horticultura.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural

O imóvel está registrado sob a matrícula 16466, Livro nº 2, do Registro de Imóveis de Bom Despacho/MG, possui área total de 55,9020 ha (área registrada) e é revestido com cobertura vegetal nativa.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

O imóvel está cadastrado no CAR, sob o recibo de inscrição MG-3107406-E1B1.9072.939D.45EB.8FB8.1AEC.BA6D.D3D5.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área requerida para intervenção ambiental é revestida pela fitofisionomia cerrado strictu sensu. De acordo com a estimativa apresentada no plano de intervenção lenhoso previsto é de 245,8713073m³ de lenha de vegetação nativa. O produto/sub-produto vegetal oriundo da supressão será utilizado no imóvel rural.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 639,22.

Taxa florestal: R\$1642,03.

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

Segundo a plataforma IDE SISEMA, as principais características da propriedade em questão são:

- Bioma: Cerrado;
- Fitofisionomia: Cerrado strictu sensu;
- Vulnerabilidade Natural: Média;
- Integridade da Fauna: baixa;
- Integridade da Flora: Baixa;
- Prioridade de Conservação da Flora: Baixa;
- Erodibilidade do Solo: Média;
- Risco Potencial de Erosão: Médio;

Não há relato de ocorrência de espécies da flora especialmente protegidas. A área não exerce função essencial de proteção de manancial ou de prevenção e controle não está localizado em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

A atividade desenvolvida, construção de residência unifamiliar não se enquadra em nenhuma das classes ou não relacionados na Listagem de Atividades do Anexo I

- Atividades desenvolvidas: Construção de residência unifamiliar
- Classe do empreendimento: *Não se aplica*
- Critério locacional: *Não se aplica*
- Modalidade de licenciamento: (X) Não – Passível / () LAS Cadastro / () LAS/RAS / () LAC ou LAT no caso de intervenções após licenciamento SEMAD / () Munic
- Número do documento: Não se aplica

5.3 Vistoria realizada:

A vistoria técnica foi realizada no dia 10/10/2022, remotamente, utilizando-se das imagens da área disponibilizadas pelo programa Google Earth e confrontação documentação técnica apresentada para instrução processual, procedimento que se fez suficiente para embasar a condução do processo. A vegetação nativa ocupa o imóvel, não tendo sido verificada presença de áreas abandonadas ou sub-utilizadas. As áreas de preservação permanente encontram-se parcialmente desprotegidas inclusive na faixa de recomposição obrigatória prevista na Lei Estadual 20922/2013, artigo 16, parágrafo 1º e inciso III, aplicável ao imóvel.

5.3.1 Características físicas:

- Relevo: O relevo da área é plano, com declividade máxima de 5%. Não foi encontrado sítio espeleológico ou paleontológico ou ainda cavidades naturais no solo, ta
- Solo: O solo de ocorrência na área do lote é classificado como latossolo vermelho amarelo.
- Hidrografia: O imóvel é delimitado por cursos d'água em aproximadamente metade de seu perímetro. A área pertence à sub-bacia do Ribeirão Vilaça, na Bacia do

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Está inserida no Bioma Cerrado. A vegetação natural é classificada como cerrado strictu sensu.
- Fauna: Foi observada e relatada a presença de animais com grande facilidade de adaptação em áreas alteradas. A fauna existente é característica do bioma Cerrado. O bioma Cerrado abriga aproximadamente 837 espécies de aves, 150 espécies de anfíbios, 180 de répteis, 199 de mamíferos e cerca de 1200 espécies. Entre elas, o Jaguar (Panthera onca), o Onça-pintada (Felis tigris), o Leopardo (Panthera pardalis), o Tamanduá-bandeira (Myrmecophaga tridactyla), o Lobo-guará (Chrysocyon brachyurus), a Seriema (Cariama cristata) e a Anta (Tapirus terrestris) originárias desse bioma.

5.4 Alternativa técnica e locacional:

A autorização para supressão de vegetação nativa do bioma Cerrado não está condicionada à inexistência de alternativa técnica locacional.

6. ANÁLISE TÉCNICA

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente,

Impactos: Compactação do solo pela movimentação de equipamentos e aterramento da área, exposição do solo facilitando processos erosivos, possibilidade de contaminação hídrica, afugentamento da fauna pelos ruídos gerados pelos equipamentos e remoção da vegetação local pela movimentação de solo, emissão de particulados, redução da paisagem, aumento da pressão antrópica sobre biótopos, dentre outros.

Medidas mitigadoras: contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços a fim de evitar e coibir intervenções em áreas além das autorizadas; período chuvoso e não fazer uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento; exposição do solo; utilizar técnicas e metodologias de afugentamento e proteção da fauna silvestre; desenvolver as atividades de supressão tomando todas as precauções caso existam; adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos; maquinário e equipamentos relacionados a movimentação de solo, principalmente com revisões periódicas; cercar ou sinalizar as áreas de preservação permanente; monitoramento de animais, maquinários e pessoas.

Tomadas as devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais v este caso.

Não há incidência dos artigos 11, 12, 13, 14 e 38 do Decreto Estadual 47749/2019.

7.CONTROLE PROCESSUAL

I- Requerimento (53403857):

O requerente, ANTONIO RAFAEL SOARES FILHO, formalizou o processo de regularização ambiental, para supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solc agricultura, na Fazenda Pulador, no município de Bom Despacho/MG. Rendimento lenhoso 245,8713073.

Código de Atividade - DN COPAM nº 217/2017:

G-01-03-1: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

G-02-07-0: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.

II- Da possibilidade de obtenção de autorização:

O artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.749/2019 relaciona as hipóteses consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização.

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

(...)

A Lei nº 13047, de 17/12/1998, que dispõe sobre o uso racional do cerrado nativo ou em estágio secundário de regeneração e estabelece critérios para exploração de área de ce para uso alternativo do solo na agricultura. O empreendimento pretende regularizar 9,90 hectares.

III- Reserva Legal/CAR:

Como o empreendimento se encontra em área rural, imprescindível é a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos termos do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 25

O requerente juntou o Registro no CAR: MG-3107406-E1B1.9072.939D.45EB.BFB8.1AEC.BA6D.D3D5 da propriedade com Matrícula nº 16466 do CRI de Bom Despacho/MG (534038

O georreferenciamento deu origem a matrícula nova nº 46601 que teve origem na MATRICULA ANTIGA 16.446 teve origem na Mat. de nº 15.574, nº 15.879.

Documento MATRICULA NOVA - 46.601 teve origem na de nº 15.574, nº 15.879 e nº 16.466 Proprietários: Antônio Rafael Soares Filho e sua esposa Rosa Maria do Couto Sares	58017081
Documento MATRICULA ANTIGA 16.446 teve origem na Mat. de nº 15.574, nº 15.879 Proprietários: Antônio Rafael Soares Filho	58017135

O Gestor Técnico não identificou relatou a ocorrência de incidência do art. 38 e 88 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

IV-Área de intervenção:

O requerente informou que empreendimento está inserido no Bioma Cerrado e possui fitofisionomia caracterizada como Cerrado em regeneração, visto que, em 2011, a área somente com árvores isoladas, mas foi abandonada e a vegetação se regenerou.

O parecer técnico não relata incidência de vedações legais.

V- TAXAS DEVIDAS (Lei Estadual nº 22.796/2017):

Taxa de expediente: DAE.Nº 1401212135440 - ÁREA REQUERIDA: 9,9 HECTARES.

Taxa Florestal: DAE Nº 2901212139508 - A VOLUME: 245,8713073 M³. FAZENDA PULADOR. BOM DESPACHO, MINAS GERAIS

O requerente optou pelo recolhimento a conta da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

Nos termos do inciso VI, do art. 43, do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o Núcleo de Regularização e Controle Ambiental deve monitorar o recolhimento de taxas e derr administrativos de sua competência e certificasse da incidência ou não dos acréscimos legais nas taxas devida.

Na ocorrência da incidência dos artigos 12, 13 e 14 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, a taxa florestal e reposição florestal sofrerão os acrescimento legais , nos termos i necessário a conferência dos DAes acostados no processo e comprovação da quitação devida.

VI- Da incidência no art. 11, 12, 13 e 14 do Decreto Estadual nº 47.749/2019:

Compulsando o Sistema de Cadastro de Auto de Infração, encontramos um cadastro de Auto de Infração, na Fazenda Pulador, Bom Despacho/MG. No entanto, o código de vegetação nativa ou intervenção em APP.

O gestor técnico não identificou infração, portanto não incide os artigos 11, 12 e 38 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

VII- Competência:

- Nos termos do art. 5º do Decreto Estadual nº 47.749/2019, as intervenções ambientais em empreendimentos ou atividades já licenciadas pelo Estado e não previ dependerão de autorização a ser requerida junto ao IEF, quando desvinculadas de licença de ampliação.
- Nos termos do inciso I, do Parágrafo único, do art. 38, do Decreto Estadual nº 47.892/2020 os Supervisores das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversida competência, no âmbito da respectiva área de abrangência, de decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendi licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, **ressalvadas as competências** do Copam, ou localizados em unidades de conserv pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF.
- Nos termos do art. 51, do Decreto Estadual nº 47.344/2018, o Núcleo de Apoio Regional – NAR – tem como competência analisar os requerimentos de exploraç intervenção ambiental de competência do IEF e apoiar as URFBio.
- Nos termos do art. 40 do Decreto nº 47.749/2019 a definição das medidas compensatórias é de competência do órgão ou entidade pública responsável pela emis: intervenção ambiental.

VIII- Publicação do Requerimento: Diário Executivo-MG, pág. 40, em 01/10/2022

IX- Cadastrado no Sinaflor (quando cabível): 23123444

X- Conclusão:

Para emissão do DAIA comprovar o recolhimento da reposição florestal

Não foi identificada vedações legais, no parecer técnico.

Conclui-se pela possibilidade da regularização da intervenção ambiental pretendida desde que satisfeitos os requisitos legais permissivos de tal prática, precedido de parecer técnico

8.Conclusão

Somos FAVORÁVEIS AO REQUERIMENTO de autorização para intervenção ambiental mediante supressão com destoca de 9,9000 ha de vegetação nativa caracter aproveitamento do material lenhoso proveniente desta intervenção, sendo 245,8713073m³ de lenha de origem nativa a ser utilizado na própria propriedade.
Este parecer único deverá ser submetido à apreciação da URFBio Centro Oeste para deliberação.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- (.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- (.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTES

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços	Durante a intervenção
2	Realizar a supressão fora do período chuvoso e não fazer uso de fogo	Durante a intervenção
3	Preservar as áreas remanescentes de vegetação nativa	Permanentemente
4	Conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo	Durante a intervenção
5	Utilizar técnicas e metodologias de afastamento e proteção da fauna silvestre	Durante a intervenção
6	Desenvolver as atividades de supressão tomando todas as medidas cabíveis para proteção de ninhos caso existam	Durante a intervenção
7	Adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar possível carregamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos	Permanentemente
8	Dar manutenção ao maquinário e equipamentos relacionados a movimentação de solo, principalmente com revisões periódicas	Durante a intervenção
9	Cercar ou sinalizar as áreas de preservação permanente-APP e reserva legal, evitando o trânsito de animais, maquinários e pessoas	Permanentemente

o especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Ricardo Elói de Araújo
MASP: 1098290-8

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Rosemary Marques Valente
MASP: 1172281-36



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Elói de Araújo, Servidor**, em 22/12/2022, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosemary Marques Valente, Coordenadora**, em 22/12/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58261513** e o código CRC **F5833175**.